

Fundação
Pedro Paes
Mendonça

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração das mutações do patrimônio social	8
Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Engº Domingos Ferreira, 2.589 - Sala 104
51020-031 - Boa Viagem - Recife/PE - Brasil
Telefone +55 (81) 3414-7950
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Associados e Administradores

Fundação Pedro Paes Mendonça

Recife – PE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundação Pedro Paes Mendonça (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Pedro Paes Mendonça em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 31 de maio de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC PE-000904/F-7



Diego Feliciano Irineu
Contador CRC 1SP223212/O-2

Fundação Pedro Paes Mendonça

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.060	3.024	Fornecedores		78	107
Contas a receber	8	1.430	1.098	Tributos a pagar		16	32
Dividendos a receber	9	353	180	Salários e encargos sociais	12	419	379
Adiantamentos		2	1	Outros passivos		17	17
Outros ativos		104	83				
Total do ativo circulante		3.949	4.386	Total do passivo circulante		530	535
Não circulante				Patrimônio social	14		
Realizável a longo prazo				Patrimônio social		21.040	19.248
Contas a receber	8	8	8	Superávit (déficit) acumulado		(613)	1.792
Total do realizável a longo prazo		8	8	Total do patrimônio social		20.427	21.040
Investimentos em empresas	9	7.091	7.091				
Propriedades para investimento	10	7.023	7.504				
Imobilizado	11	2.886	2.586				
Total do ativo não circulante		17.008	17.189				
Total do ativo		20.957	21.575	Total do passivo e patrimônio social		20.957	21.575

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Pedro Paes Mendonça

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receitas das atividades			
Receitas de dividendos	9	3.830	3.648
Receitas de aluguéis	10	3.643	3.443
Doações e contribuições recebidas	10	37	2.022
Receitas financeiras		<u>199</u>	<u>191</u>
		7.709	9.304
Despesas das atividades			
Projetos desenvolvidos	15	(6.496)	(5.801)
Administrativas			
Gerais	16	(986)	(897)
Depreciação	10 e 11	(750)	(735)
Doações a projetos de terceiros		(84)	(77)
Despesas financeiras		<u>(6)</u>	<u>(2)</u>
		(8.322)	(7.512)
Superávit (déficit) do exercício		<u>(613)</u>	<u>1.792</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Pedro Paes Mendonça

Demonstração das mutações do patrimônio social

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Patrimônio social	Superávit (déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		20.952	(1.704)	19.248
Incorporação do déficit acumulado	14	(1.704)	1.704	-
Superávit do exercício		-	1.792	1.792
Saldos em 31 de dezembro de 2022		19.248	1.792	21.040
Incorporação do superávit acumulado	14	1.792	(1.792)	-
Déficit do exercício		-	(613)	(613)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		21.040	(613)	20.427

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Pedro Paes Mendonça

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit (déficit) do exercício		(613)	1.792
<i>Ajustes:</i>			
Depreciação	10 e 11	750	735
Doações recebidas de propriedades para investimentos	10	-	(2.010)
<i>Variações nos ativos e passivos:</i>			
Aluguéis a receber		(332)	(121)
Dividendos a receber		(173)	26
Adiantamentos		(1)	4
Outros ativos		(21)	(59)
Fornecedores		(29)	36
Tributos a pagar		(16)	23
Salários e encargos sociais		40	68
Outros passivos		-	17
		<u>(395)</u>	<u>511</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais			
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de bens do ativo imobilizado	11	(569)	(60)
Aquisições de propriedades para investimentos	10	-	(324)
Recebimento por redução de capital em investida	9 (a)	-	805
		<u>(569)</u>	<u>421</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento			
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa			
		(964)	932
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			
		<u>3.024</u>	<u>2.092</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício			
		<u><u>2.060</u></u>	<u><u>3.024</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Fundação Pedro Paes Mendonça (“Entidade”), sediada em Ribeirópolis-SE, foi constituída em 28 de abril de 1989, conforme instrumento lavrado no 8º Cartório de Notas da Comarca do Recife e registrado no 1º Cartório de Registro de Títulos e Documentos, sob o nº de ordem 1599, no Livro Registro de Pessoas Jurídicas A-8. A Entidade é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, financeira e administrativa, regida pelo Estatuto e pela legislação aplicável, com prazo de duração indeterminado.

A Entidade tem por objeto manter, parcial ou integralmente, atividades de natureza filantrópica e beneficente, bem como atividades de natureza cultural, mediante prestação de serviços assistenciais e educacionais para pessoas pobres e desamparadas, tais como: assistência médica, hospitalar e odontológica, manutenção de escolas, creches e asilos, concessão de bolsas de estudos, atividades esportivas e a prática de atividades correlatas às expressamente nomeadas.

Os recursos financeiros aplicados na consecução desses objetos advêm, principalmente, de doações e contribuições, de dividendos, de rendimentos provenientes da locação de imóveis e de aplicações financeiras.

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Fundação Pedro Paes Mendonça está enquadrada como imune em relação ao imposto de renda e isenta em relação à contribuição social, nos termos dos artigos 150, inciso VI, alínea “c”, e 195, parágrafo 7º, da Constituição Federal, e dos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97.

Em 15 de fevereiro de 1990 e 2 de julho de 1992, conforme respectivas Leis nº 260/90, do Município de Ribeirópolis – SE, e nº 3201/92, do Estado de Sergipe, a Fundação Pedro Paes Mendonça foi declarada entidade de utilidade pública municipal e estadual. Em 16 de dezembro de 2002, conforme Resolução nº 179 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, a Entidade obteve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social. Em 2021, a Fundação Pedro Paes Mendonça protocolou pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social.

1.1. Requisitos da imunidade tributária

A Fundação Pedro Paes Mendonça é uma Instituição Filantrópica, sem fins lucrativos e tem por finalidade a realização de um trabalho assistencial ao município de Ribeirópolis/SE, sem qualquer contraprestação pública, através das seguintes atividades: (i) do Lar Dona Conceição – promover a assistência social no atendimento à pessoa idosa, carente, em caso de necessidade permanente, com a internação no âmbito da Entidade, ministrando-lhes a assistência constante de repouso, higiene, alimentação, vestuário e medicamentos, bem como, a terapia ocupacional e orientação espiritual e religiosa; (ii) da Clínica Dona Dudu Mendonça – promover para toda população atendimentos voltados para a prevenção e proteção; controle de doenças; tratamento de doenças e lesões e fornecimento de medicamentos, com atendimento prestado de forma integral e sistematizada, dando ênfase a ações preventivas e curativas, com a mesma dedicação nos âmbitos individual e coletivo; e (iii) do Centro de Educação Básica Auxiliadora Paes Mendonça (CEBAPM) – promover a educação integral para crianças e jovens, da educação

infantil ao ensino fundamental do povoado de Serra do Machado e povoados circunvizinhos, preparando-os para o mundo produtivo, tornando-os capazes de compreendê-lo e transformá-lo, dispondo de oficinas culturais, artísticas e esportivas, além de um laboratório de ciências, laboratório de informática, biblioteca, refeitório e quadra esportiva. Oferece todo material didático, fardamento completo, refeições diárias e transporte escolar.

A Entidade é imune à incidência de impostos por força do artigo 150, inciso VI alínea “c” e seu parágrafo 4º e artigo 195 parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, e, para tanto: a) não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; b) aplica integralmente no país os recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; e, c) mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (“CPC PME”) e NBC TG 1001 – Contabilidade para pequenas empresas, incluindo a ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Entidade em 31 de maio de 2024.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota explicativa nº 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em função de não haver outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Entidade não está apresentando a demonstração do resultado abrangente nestas demonstrações financeiras.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

4.1 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos, passivos e despesas no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 10:** estimativas referentes à seleção das vidas úteis de propriedades para investimentos;
- **Nota explicativa 11:** estimativas referentes à seleção das vidas úteis dos bens do imobilizado.

4.2 Julgamentos

A Entidade entende que não há impactos relevantes decorrentes de julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

6 Principais políticas contábeis

A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

6.1 Reconhecimento das receitas

A Entidade reconhece as receitas da seguinte forma:

- As receitas de aluguéis são reconhecidas pelo método linear na demonstração do resultado durante o período contratual;
- As receitas de doações e contribuições são registradas quando recebidas; e
- As receitas de dividendos de investidas são reconhecidas quando o direito da Entidade de receber o pagamento é estabelecido.

6.2 Despesas das atividades

As despesas das atividades referem-se principalmente a gastos com pessoal, serviços prestados e de manutenção dos projetos desenvolvidos pela Entidade, além de outras despesas necessárias para a condução das atividades da Entidade e estão registradas pelo regime de competência.

6.3 Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

As receitas financeiras referem-se substancialmente a rendimentos de aplicações financeiras líquidos do imposto de renda retido na fonte sobre esses rendimentos.

6.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

6.5 Investimentos

São representadas por participações societárias recebidas como doações e estão demonstradas ao custo, conforme mencionado na Nota 9.

6.6 Propriedades para investimento

A Entidade é proprietária de imóveis mantidos para fins de renda de aluguel de longo prazo, os quais não são ocupados pela Entidade e estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, pelas vidas úteis estimadas mencionadas na Nota 10.

6.7 Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear pelas vidas úteis estimadas mencionadas na Nota 11.

6.8 Ativos financeiros

Ativos financeiros

Os aluguéis e contas a receber são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas esperadas de créditos.

A Entidade classifica seus ativos financeiros como “ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado”, os quais são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, representados unicamente por principal e juros, não cotados em um mercado ativo, e estão apresentados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). As receitas com juros provenientes destes ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Esses ativos compreendem aplicações financeiras, contas a receber, dividendos a receber e outros ativos.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Esses passivos compreendem fornecedores e outros passivos.

6.9 Novos pronunciamentos contábeis

Não há normas ou interpretações que entraram em vigor em 2024 que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Entidade.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Fundo fixo	1	1
Bancos - conta corrente	542	293
Aplicações financeiras (a)	1.517	2.730
	2.060	3.024

- (a) As aplicações em renda fixa referem-se a certificados de depósitos bancários e quotas em fundos de investimento, os quais possuem liquidez imediata e têm remuneração atrelada à variação dos certificados de depósito interfinanceiro – CDI.

8 Contas a receber

	2023	2022
Contas a receber de aluguéis (a)	1.430	1.098
Contas a receber – Programa habitacional (b)	8	8
	1.438	1.106
(-) Parcela apresentada no ativo circulante	(1.430)	(1.098)
Parcela apresentada no ativo não circulante	8	8

- (a) Estão representadas por aluguéis a receber provenientes dos imóveis próprios arrendados para locatários por meio de contratos de arrendamento operacional (Nota 10).
- (b) Estão representadas por prestações a receber em decorrência do programa habitacional conduzido pela Entidade.

9 Investimentos em empresas

Os investimentos estão representados por participações societárias nas Companhias abaixo relacionadas, as quais foram recebidas como doação, pelos valores patrimoniais:

- (a) **Shopping Center Jardins S.A.** – Trata-se de empreendedora do Shopping Jardins, localizado em Aracaju – SE. A Entidade possui 6.000.000 de ações ordinárias, que correspondem a 8% do capital social da investida, representando investimento, no montante de R\$ 6.000 (2022 – R\$ 6.000). Em 1º de abril de 2022, os acionistas aprovaram redução de capital social da investida em R\$ 10.062, cabendo à Entidade o recebimento de caixa no valor de R\$ 805 e o cancelamento de 804.952 ações de sua propriedade. Durante o exercício de 2023, a Entidade recebeu dividendos antecipados desse investimento, no montante de R\$ 2.560 (2022 – R\$ 2.698) e registrou dividendos a receber de R\$ 280 (2022 – R\$ 80).
- (b) **JCPM Trade Center S.A.** – Trata-se de empreendedora do prédio empresarial denominado JCPM Trade Center, localizado em Recife – PE. A Entidade possui 4.424.167 ações ordinárias, que correspondem a 10% do capital social da investida, representando investimento, no montante de R\$ 1.091 (2022 – R\$ 1.091). Durante o exercício de 2023, a Entidade recebeu dividendos antecipados desse investimento, no montante de R\$ 917 (2022 – R\$ 770) e registrou dividendos a receber de R\$ 73 (2022 – R\$ 100).

10 Propriedades para investimento

	2023			2022		Vida útil estimada (em anos)
	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido		
Terrenos	259	-	259	259		-
Edificações	12.025	(5.261)	6.764	7.245		25
	12.284	(5.261)	7.023	7.504		
				2023	2022	
Saldo em 1º de janeiro				7.504	5.636	
Aquisições				-	324	
Doação recebida em propriedades				-	2.010	
Depreciação				(481)	(466)	
Saldo em 31 de dezembro				7.023	7.504	

Referem-se a imóveis próprios localizados na Serra do Machado – SE e em Recife – PE, os quais são arrendados para locatários por meio de contratos de arrendamento operacional que possuem normalmente prazo de vigência de cinco a dez anos. Excepcionalmente podem existir contratos com prazos de vigências e condições diferenciadas.

Em 19 de janeiro de 2022, a Entidade recebeu doação de salão comercial, situado no empreendimento Riomar Trade Center III, com 933 m² de área, no valor de R\$ 2.010, pela NE400 Participações e Investimentos Ltda. O referido imóvel é mantido para auferir renda de aluguel.

Em 2023, a Entidade auferiu R\$ 3.643 em aluguéis referentes aos contratos vigentes em 31 de dezembro de 2023 (2022 – R\$ 3.433), cujos montantes apresentam o seguinte cronograma de renovação:

	2023	2022
Em 2025	74%	40%
Em 2026	17%	9%
Indeterminado	9%	51%
Total	100%	100%

11 Imobilizado

	2023			2022		Vida útil estimada (em anos)
	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido		
Terrenos	50	-	50	50		
Edificações	3.810	(1.842)	1.968	2.082		25
Equipamentos	1.275	(626)	649	199		10
Móveis e utensílios	588	(455)	133	139		10
Veículos	396	(396)	-	-		5
Outros	359	(273)	86	116		5-10
	6.478	(3.592)	2.886	2.586		

	2023	2022
Saldo em 1º de janeiro	2.586	2.795
Aquisições	569	60
Depreciação	<u>(269)</u>	<u>(269)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u><u>2.886</u></u>	<u><u>2.586</u></u>

Em 2023, as aquisições referem-se, substancialmente, a instalação de painéis solares no Centro de Educação Básica Auxiliadora Paes Mendonça (CEBAPM) para geração de energia renovável para alimentar as unidades sociais da Entidade.

12 Salários e encargos sociais

	2023	2022
Provisão para férias	333	312
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	35	32
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	27	16
Outros	<u>24</u>	<u>19</u>
	<u><u>419</u></u>	<u><u>379</u></u>

13 Contingências

A Entidade é parte envolvida em processos tributários que estão sendo discutidos na esfera judicial, cujos montantes envolvidos são de R\$ 844 (2022 – R\$ 844). Os assessores jurídicos da Entidade avaliam que a probabilidade de perda é possível. Não há registro de processos classificados com perda provável, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

14 Patrimônio social

Representa o patrimônio social inicial da Entidade, acrescido ou deduzido dos superávits/déficits apurados anualmente, após a aprovação de contas pela diretoria e associados. O superávit (déficit) do exercício é registrado no grupamento superávit (déficit) acumulado, no patrimônio social.

As receitas geradas pela Entidade devem ser empregadas integralmente nos seus objetivos sociais, conforme Nota 1. No caso de eventual encerramento das atividades da Entidade, por meio de proposta do Conselho Curador, precedido de decisão de dois terços de seus membros e aprovado pelo Ministério Público, o patrimônio constituído será transferido ou alienado integralmente ao patrimônio de entidade congênere, devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, a critério do Conselho Curador.

Em reunião realizada em 7 de junho de 2022, o Conselho Curador aprovou a incorporação do déficit acumulado em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 1.704, ao patrimônio social da Entidade.

Em reunião realizada em 26 de junho de 2023, o Conselho Curador aprovou a incorporação do superávit acumulado em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 1.792, ao patrimônio social da Entidade.

15 Despesas com projetos desenvolvidos pela entidade

	2023	2022
Pessoal	(4.213)	(3.823)
Alimentação	(888)	(942)
Serviços prestados	(352)	(275)
Fardamento e material escolar	(274)	(112)
Eventos	(184)	(119)
Limpeza e manutenção	(170)	(172)
Medicamentos	(127)	(147)
Locomoção dos atendidos	(120)	(114)
Mensalidades de cursos técnicos	(67)	(41)
Material de consumo	(26)	(29)
Outras despesas	(75)	(27)
	(6.496)	(5.801)

16 Despesas administrativas – Gerais

	2023	2022
Manutenção	(533)	(368)
Combustíveis	(184)	(204)
Energia elétrica	(102)	(134)
Comunicação e internet	(53)	(95)
Bens de pequeno valor	(30)	(11)
Locação de bens móveis	(28)	(31)
Impostos e taxas	(16)	(9)
Seguros	(15)	(16)
Outras despesas	(25)	(29)
	(986)	(897)

17 Benefícios fiscais usufruídos

Em função de sua finalidade não lucrativa e certificações obtidas, conforme mencionado na Nota 1, a Entidade usufruiu, durante o exercício de 2023, dos seguintes benefícios fiscais:

- (a) Cota Patronal INSS + SAT + Terceiros = R\$ 1.012 (2022 - R\$ 960);
- (b) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) = R\$ 277 (2022 - R\$ 262).

18 Obrigações da saúde para fins de CEBAS

Conforme determinação da Lei Complementar nº 187/2021, a Entidade, com atuação na área de saúde, através da Clínica Dona Dudu Mendonça, formalizou parcerias com o Gestor Local do SUS. Mantêm atualizados seus dados no Cadastro Nacional de Entidades de Saúde (CNES). Os serviços de saúde desenvolvidos pela Entidade são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Saúde (Política Nacional de Saúde, Política Nacional de Humanização, Política Nacional de Atenção Básica à Saúde, dentre outras) às quais ela está vinculada e como consequência, por elas, regulamentada.

Em cumprimento ao art. 9º da Lei Complementar nº 187/2021, os atendimentos ambulatoriais prestados pela Entidade, através da Clínica Dona Dudu Mendonça, foram realizados sem qualquer repasse dos recursos financeiros provenientes do Sistema Único de Saúde (SUS), que seriam transferidos pelo município de Ribeirópolis (SE), tendo em vista que a entidade supre as suas necessidades com recursos próprios, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Atendimentos ambulatoriais	2023	2022
SUS	7.464	5.896
Total de atendimentos	7.464	5.896
% SUS	100%	100%

19 Educação

A aplicação em gratuidade na educação é realizada por meio da concessão de bolsas de estudo em cursos de educação básica, sempre totalmente integrais, a alunos com renda per capita de até um salário-mínimo e meio, conforme o art. 19 da Lei Complementar nº 187/2021, proporção de um para cinco (1/5) aplicável para a totalidade de alunos pagantes por escola mantida.

	Total de alunos		Total de alunos gratuitos	
	2023	2022	2023	2022
Educação Infantil	65	63	65	63
Ensino Fundamental	225	223	225	223
Total	290	286	290	286
% Gratuidade	-	-	100%	100%

20 Aplicação dos recursos em assistência social

Em cumprimento ao que determina a Lei Complementar nº 187/2021, a Entidade destinou parte de seus recursos no atendimento a idosos de acordo com os objetivos estatutários, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Valores aplicados	2023	2022
Idosos residentes	26	31
Idosos não residentes	30	90
	56	121
 Número de atendidos/ atendimentos	2023	2022
	1.314	1.302

21 Cobertura de seguros

A contratação de seguros é feita com base em programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com os bens pertencentes à Entidade. Para estes bens, foi contratado seguro para riscos diversos, com cobertura total de R\$ 36.634, montante considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros, segundo a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

* * *